



A COGESTÃO NAS ÁREAS PROTEGIDAS

SANDRA SARMENTO





Missão do ICNF

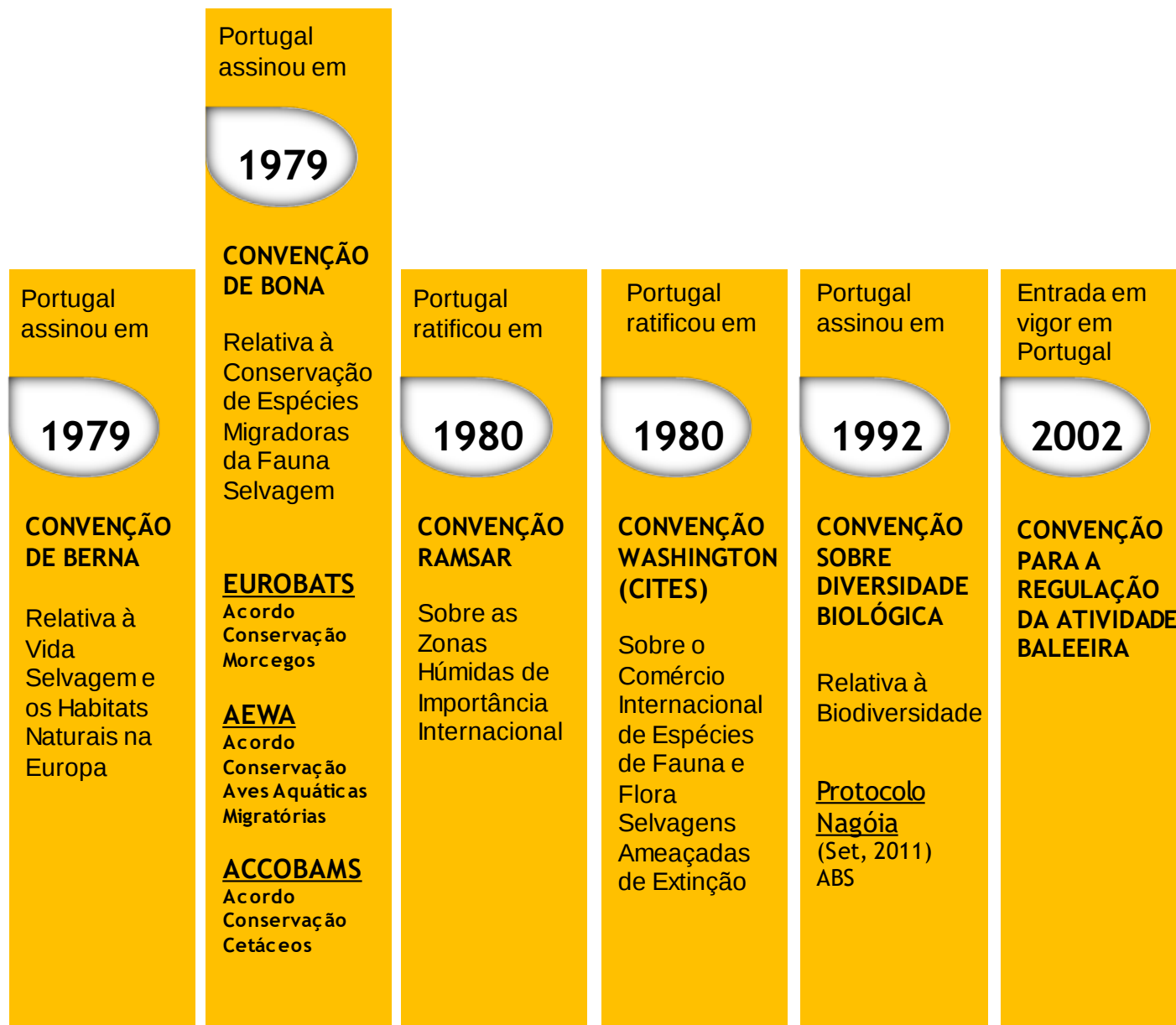
O ICNF, I. P., tem por missão propor e executar políticas integradas de ordenamento e gestão do território, em articulação com entes públicos e privados, nos domínios da conservação da natureza, da biodiversidade, das florestas e competitividade das fileiras florestais, e assegurar a gestão dos fogos rurais, bem como definir, executar e avaliar políticas de bem-estar, detenção, criação, comércio e controlo de animais de companhia, ouvida a autoridade sanitária veterinária nacional no âmbito das suas competências e salvaguardadas as orientações desta autoridade em matéria de saúde animal.

Marcos da conservação da natureza



Compromissos internacionais e comunitários

conservação
da natureza



Diretiva Comunitária 92/43/CEE, destinada a assegurar a Biodiversidade através da conservação dos habitats naturais (anexo I) e de espécies da flora e da fauna selvagens (anexo II) considerados ameaçados na União Europeia

Directiva Habitats

1997

Diretiva Comunitária 79/409/CEE, destinada à proteção das populações selvagens das várias espécies de aves no seu território da União Europeia

Directiva Aves

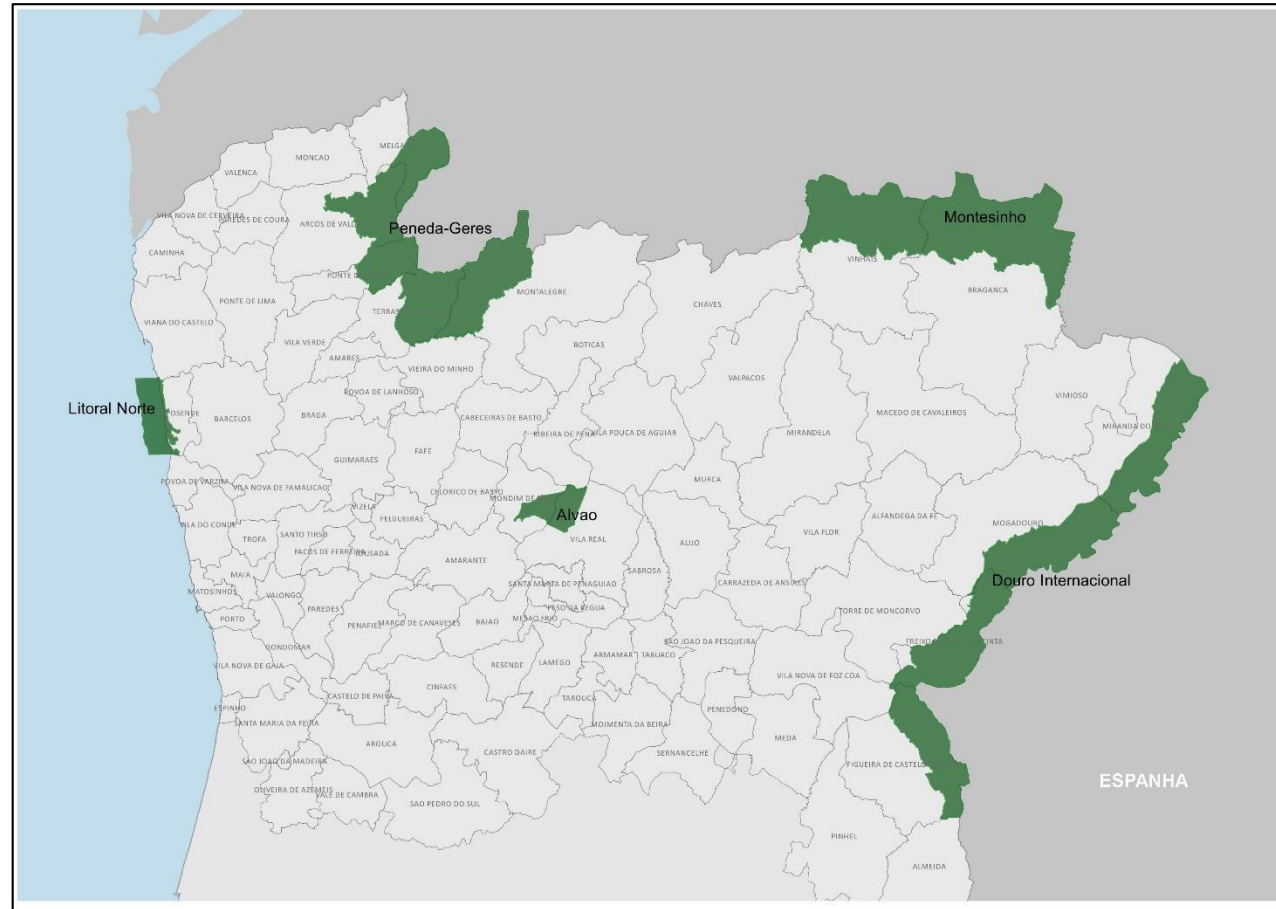
1991

ÁREAS PROTEGIDAS de âmbito nacional | REGIÃO NORTE

PARQUE NACIONAL



Peneda-Gerês
1971



PARQUES NATURAIS



Montesinho
1979



Alvão
1983



Douro
Internacional
1998



Litoral Norte
2005

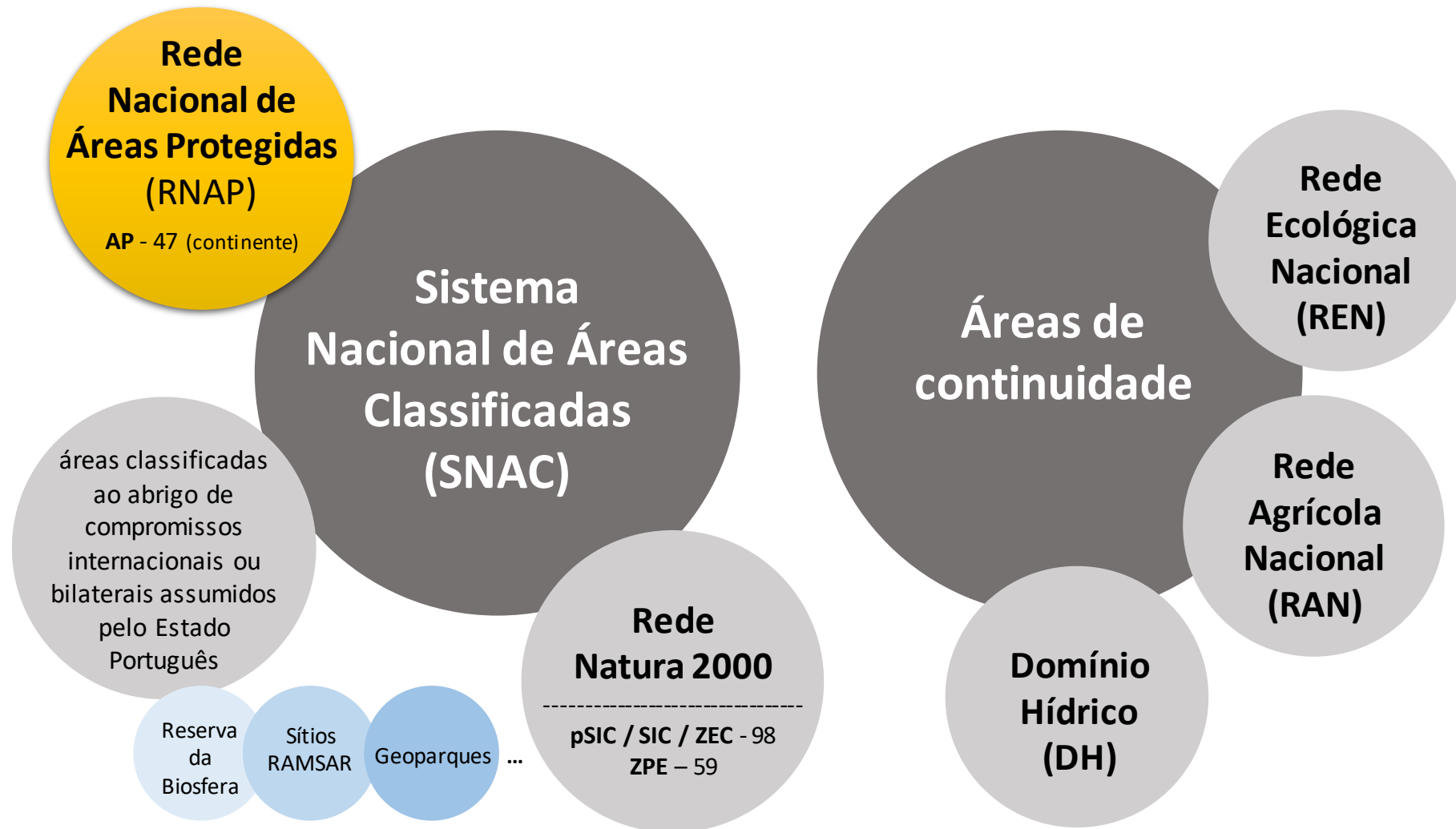


REDE FUNDAMENTAL DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

... a infraestrutura básica e indispensável para a concretização dos objetivos da conservação da natureza e biodiversidade...

(in Regime Jurídico da Conservação da Natureza DL N.º 142/2008)

Rede Fundamental da Conservação da Natureza



Áreas Protegidas de âmbito nacional



PORTUGAL continental	Área Protegida – superfície (ha)			
	Número	Total	Terrestre	Marinha
Âmbito Nacional				
Parque Nacional	1	69.592	69.592	-
Parque Natural	13	596.971	555.188	41.783
Reserva Natural	9	73.838	61.982	11.855
Paisagem Protegida	2	1.925	1.925	-
Monumento Natural	7	1.091	1.091	-
Âmbito Regional/Local				
Parque Natural (regional)	1	24.787	24.787	-
Paisagem Protegida (regional)	3	380	380	-
Reserva Natural (local)	2	120	120	-
Paisagem Protegida (local)	9	2.212	2.212	-
Área Protegida Privada				
Área Protegida Privada	1	215	215	-
TOTAL	47	771.131	717.493	53.638



Organização territorial das Áreas Protegidas

Serviço Nacional de
Parques, Reservas
e Património
Paisagístico
(SNPRPP)



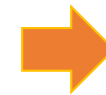
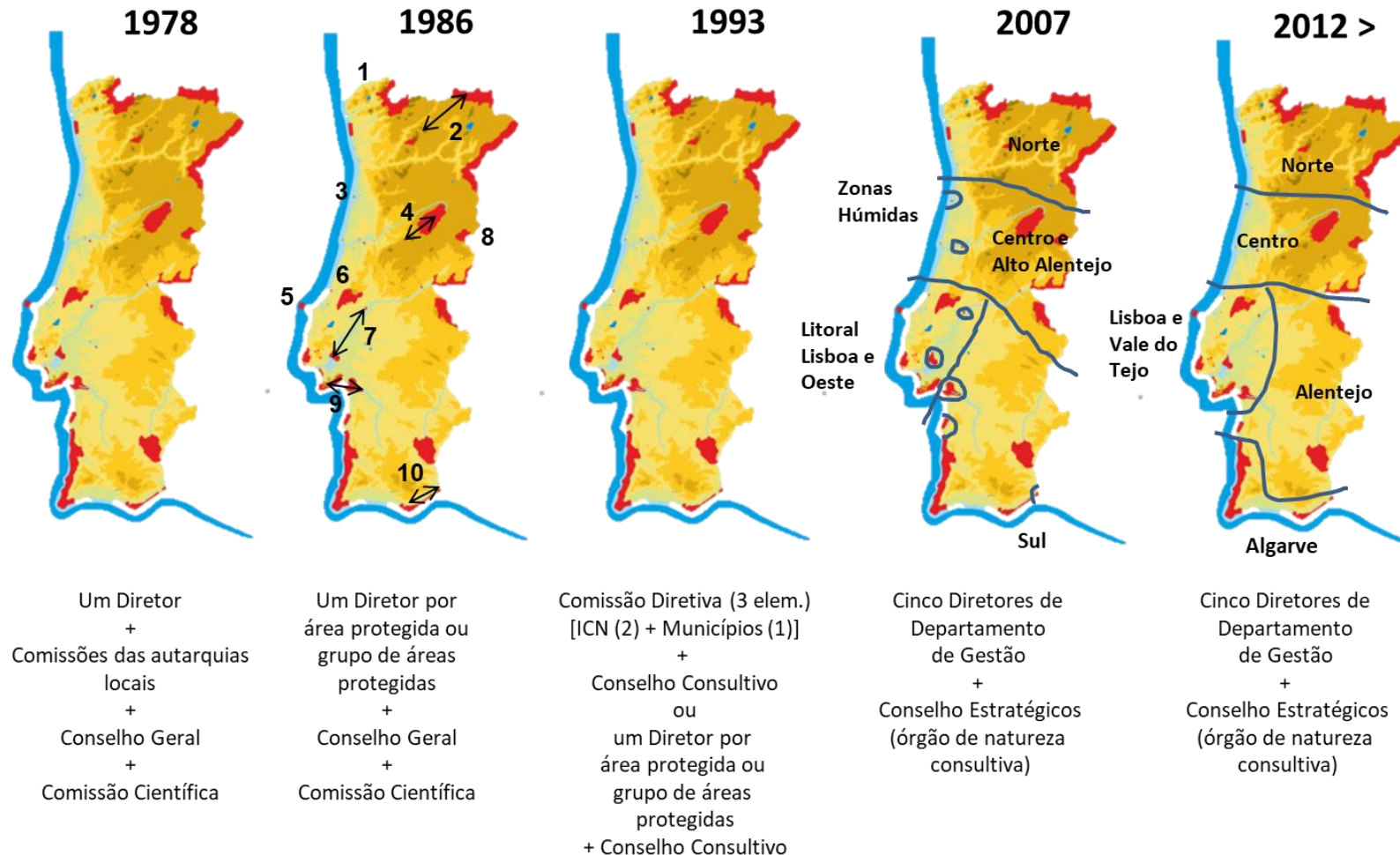
Serviço Nacional de
Parques, Reservas
e Conservação da
Natureza
(SNPRCN)



ICN
Instituto da Conservação da Natureza

ICNB
Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.

ICNF
Instituto da Conservação
da Natureza e das Florestas





As Áreas Protegidas como Catalisadores do Desenvolvimento Local e Regional

Nas sociedades modernas, a política de conservação da natureza e da biodiversidade enfrenta o desafio de se assumir como um serviço público que garanta a gestão ambiental do território, num quadro de valorização do património natural e de adequado usufruto do espaço e dos recursos.“

É também “um motor de desenvolvimento local e regional, [...] com o envolvimento e participação de toda a sociedade, numa lógica de benefício comum.”

(in Regime Jurídico da Conservação da Natureza - Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de Julho)

Instrumentos de gestão territorial

Programas de ordenamento do território

Planos setoriais de gestão do território

Avaliações Ambientais

Ações de Conservação da Natureza

Ativa

De suporte

Medidas e Ações de intervenção :

- dirigidas ao manejo direto de espécies, habitats, ecossistemas e geosítios
- associadas a atividades socioeconómicas visando a manutenção ou recuperação, para um estado favorável, de espécies e habitats, ecossistemas geosítios através do seu manejo.

Exemplos:

- Ordenamento,
- monitorização
- cadastro
- fiscalização e vigilância dos valores naturais classificados

- promoção
- sensibilização
- comunicação

COGESTÃO DO PNPG

COGESTÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS

OBJETIVOS DO MODELO DE COGESTÃO

Estabelecer procedimentos concertados que visem um melhor desempenho na salvaguarda dos valores naturais e na resposta às solicitações da sociedade, através de uma maior articulação e eficiência das interações entre o ICNF, I. P., os municípios e demais entidades públicas competentes

Gerar uma relação de maior proximidade aos cidadãos e às entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável da área protegida

Criar uma dinâmica partilhada de valorização da área protegida, tendo por base a sua sustentabilidade nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural e incidindo especificamente nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação

COMISSÃO DE COGESTÃO

Garantir que a cogestão da área protegida é desenvolvida no respeito pelo dever de zelo da salvaguarda dos recursos e valores territoriais que fundamentam a classificação da área protegida.

Contribuir para o desenvolvimento das atividades locais em harmonia com os valores presentes, incorporando inovação e criatividade

Educação e sensibilização ambiental ...

Viabilizar ações de promoção ambiental, económica e social, de sensibilização e comunicação

Comunicar

... através da
marca
Natural.PT

Estimular parcerias destinadas a planear e a executar ações de valorização sustentável do território, em particular ações associadas à agro-silvo-pastorícia, à caça, à pesca, à cultura e ao turismo de natureza

Promover o debate sobre as atividades e ações que ocorrem na área protegida e estimular as boas práticas de gestão para o seu uso e aproveitamento sustentáveis



PLANO DE COGESTÃO

- **Promoção de atividades económicas desenvolvidas na área protegida que sejam compatíveis com a proteção dos valores e recursos naturais em presença;**
- **Constituição e valorização de rotas e percursos pedestres, cicláveis e equestres;**
- **Interpretação e divulgação dos valores e recursos naturais;**
- **Promoção de atividades desenvolvidas em meio natural que potenciem o turismo de natureza e o desporto de natureza;**
- **Promoção de bens produzidos com recursos endógenos;**
- **Promoção da inovação tecnológica, económica e social nas práticas aplicadas à manutenção das atividades e produtos tradicionais;**
- **Fomento de novas atividades e produtos** passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais existentes;
- **Promoção da marca «Natural.pt»;**
- **Informação e sensibilização** sobre os recursos naturais existentes e sobre boas práticas e usufruição do território;
- **Aprofundamento da gestão colaborativa;**
- Promoção do sentido de pertença das populações e dos atores chave;
- **Internacionalização do território.**



CONCLUSÕES

PRETENDE-SE:

- reconhecer a importância das áreas protegidas e do capital natural para o desenvolvimento local e regional sustentável
- reconhecer a capacidade de mobilização e interação dos municípios com o território
- fomentar a participação e o estabelecimento de parcerias com os atores locais
- reforçar a intervenção dos municípios na gestão das áreas protegidas
- promover uma gestão de proximidade

MUITO OBRIGADA!

